

## **LIVRO DE REGISTRO DO TRATADO DE SANTO ILDEFONSO: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO FILOLÓGICO**

**Eliana Moraes de Almeida ALENCAR<sup>1</sup>**

**RESUMO:** Na fronteira entre o trabalho filológico e a investigação histórica da língua, este trabalho surge como resultado de um estudo que extrapola os limites da fixação de uma fonte historiográfica no contexto regional apenas, consistindo também numa reflexão sobre o estado da língua no período correspondente ao séc. XVIII (1777-1793). O Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso encontra-se no acervo do Arquivo Público Histórico de Mato Grosso e faz parte do fundo da Secretaria de Governo, inscrevendo as correspondências da Capitania de Mato Grosso, no período das administrações de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e, posteriormente, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. A atividade filológica se preocupa em restituir o texto à sua forma original através dos princípios da crítica textual, especificamente da Edótica, compreendendo a organização material e formal do manuscrito, além de outros problemas que não se limitam ao texto, mas se deduzem dele, tais como: autoria, datação e importância perante os textos da mesma natureza, conforme destaca SPINA (1994). Assim, o desenvolvimento deste trabalho percorre algumas etapas bem definidas: Seleção e reconstrução histórica dos manuscritos; Edição dos manuscritos; Reflexões sobre o valor dos registros para a pesquisa da história de constituição da língua portuguesa, especialmente no contexto regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Filologia; História; Análise e Descrição da língua portuguesa.

### **INTRODUÇÃO**

O Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso encontra-se no acervo do Arquivo Público Histórico de Mato Grosso e faz parte do fundo da Secretaria de Governo, inscrevendo as correspondências da Capitania de Mato Grosso, no período das administrações de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres e, posteriormente, João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. São três volumes que compreendem documentos envolvendo o período de 1777 a 1793, muito embora os termos de abertura

---

<sup>1</sup> SECITEC. Unidade de Ensino de Diamantino. Rodovia Senador Roberto Campos, km 02. Novo

Diamantino – Diamantino- MT. Brasil. Email: [elianaalencar@uol.com.br](mailto:elianaalencar@uol.com.br).

e encerramento datem de 1774. Foram elaborados por ordem do governador da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque, para

servir de registro das ordens de Sua Magestade e quaisquer outros documentos relativos a Demarcação dos Reaes Dominios. (Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso, Volume I, termo de abertura).

Dada a extensão da fonte escolhida, foram selecionados alguns textos mais relevantes que compõem o Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso: cópia do Tratado de Santo Ildefonso (volume I), três cartas (volume II) e um diário de viagem (volume III), para edição e análise. Com base nesse corpus inicial, foram traçados alguns objetivos para o trabalho de mestrado apresentado no curso de pós graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (MEeL/ UFMT), em 2005.

É válido destacar que os interesses da Filologia têm variado conforme as épocas em que se praticou a atividade filológica e de acordo com autores e lugares onde fora praticada. O labor filológico tem seu campo específico e, tanto quanto possível, bem determinado. A Filologia não subsiste senão no texto, concentra-se no texto para restituí-lo à sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado, nas palavras de Spina (1994). Seu principal foco é a preocupação em restituir o texto à sua forma original através dos princípios da crítica textual, mais especificamente da Edótica, compreendendo a organização material e formal do manuscrito, além de outros problemas que não se limitam ao texto, mas se deduzem dele, tais como: autoria, datação e importância perante os textos da mesma natureza. Embora em segundo plano, mas não menos relevante, a atividade filológica também considera a língua, analisa suas construções, acompanhando, por meio de documentos cronologicamente sucessivos, a evolução dos fonemas, das formas, do emprego das formas e da construção da frase

(transformações sintáticas). Assim, o desenvolvimento do trabalho de mestrado à época apresentado percorreu três etapas bem definidas:

- a) Seleção e reconstrução histórica dos manuscritos;
- b) Edição dos manuscritos;
- c) Breve análise de alguns fenômenos lingüísticos.

Anterior à seleção, alguns princípios científicos que constituem a crítica textual foram considerados, a fim de preencher todas as lacunas na definição do foco e da metodologia da pesquisa. Com base no sistema de Lachmann (apud SPINA,1994) e nas etapas apresentadas por Bassetto (2001), Azevedo Filho (1987), Vasconcellos (1959), entre outros, a recensio permitiu um levantamento de todos os códices existentes do Tratado de Santo Ildefonso, das cartas e do Diário de Navegação. É importante destacar que todos os volumes possuem um índice, que, além de definir os fólios de localização dos documentos, também descreve resumidamente o conteúdo de cada um deles , afirmando que os manuscritos presentes nas obras são cópias. Quando tal informação não aparece diretamente nos índices, ela está presente no início dos textos no interior dos volumes.

Trataremos de um recorte apenas do trabalho, trazendo aqui uma breve apresentação do levantamento histórico dos documentos, de algumas informações coletadas na análise codicológica e, ainda, os componentes formulares do Tratado Preliminar de Limites.

### **OS CÓDICES: Recontando a história**

O Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) tem um acervo de setenta e um livros de registros da Capitania de Mato Grosso, correspondentes ao período de 1702 a 1825, provenientes em sua maioria da Secretaria de Governo. Para entender os

acontecimentos registrados nos livros que serviram de fonte a este trabalho, torna-se necessário retomar alguns elementos da história de Mato Grosso e do Brasil colonial.

Silva (1994, p.29) relata que o século XVII, para Mato Grosso, foi marcado por invasões de bandeirantes paulistas na busca do índio. Por outro lado, o século XVIII se destaca pela chegada de aventureiros de toda ordem e gente de toda a espécie, principalmente de São Paulo, à procura de ouro. Sob a jurisdição e ordens da então Capitania de São Paulo, Mato Grosso era uma constante preocupação para a Coroa portuguesa. Até 1746, reconhece-se que a penetração, conquista e povoamento de todo o Mato Grosso estavam bem consolidados. O domínio português se estendia aos mais longínquos sertões, dos pequenos arraiais às lavras auríferas. Contudo, apesar do efetivo e incontestado domínio colonial português, o Tratado de Tordesilhas, firmado por Portugal e Espanha em 1494, conferia ao Reino Espanhol o direito de posse das terras.

Somente em 9 de maio de 1748, D. João V, Rei de Portugal, criou a Capitania de Mato Grosso, por Carta Régia, desmembrando-a de São Paulo. O Tratado de Madri, cuja cópia abre o I Volume do Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso, deu nova configuração e contorno às posses geográficas portuguesas e espanholas. Desde sua assinatura em 1750, passaram por Mato Grosso três Capitães Gerais. O quarto Capitão General de Mato Grosso foi Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, o qual tomou posse em 13 de dezembro de 1772, governando por quase 17 anos os destinos de Mato Grosso no período colonial e destacando-se como aquele que por mais tempo administrou o estado em toda sua história.

Na opinião dos historiadores regionais, esse governador pode ser considerado o grande estadista de Mato Grosso em épocas coloniais, pois sua visão geopolítica foi extraordinária, ao ampliar e consolidar as fronteiras coloniais portuguesas em nossas

terras (SILVA, 1994, p.30). Tanto entusiasmo é justificado diante dos mais importantes atos de seu governo, os quais incluem:

- Fundação, em 1778, da povoação de Albuquerque, hoje Corumbá;
- Fundação, em 1781, de Vila Maria, atualmente Cáceres;
- Fundação de São Pedro Del Rey (nesse mesmo ano), hoje cidade de Poconé;
- Fundação dos registros do Jauru e Insua, este no rio Araguaia, e em 1783, a povoação de Casalvasco;
- Ocupação da margem esquerda do rio Guaporé, fundando a povoação de Viseu.

Alguns desses acontecimentos, dados sobre a rotina administrativa e do relacionamento deste governador com outros governadores de Capitânicas brasileiras, ou com a Coroa, encontram-se registrados nas cartas, ofícios, diários e outros documentos dos Volumes I e II, do Livro de Registro. Luis de Albuquerque esforçou-se ao máximo para corresponder aos anseios da Coroa portuguesa, especialmente no período que sucedeu ao Tratado Preliminar de Limites, assinado em 1 de outubro de 1777, em Santo Ildefonso.

Nos segundo e terceiro volumes dessa coleção acompanhamos a substituição, a partir de 1789, deste governador por seu irmão João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que muito pouca coisa fez em favor da Capitania de Mato Grosso. Apenas continuou o processo de medição e levantamento das fronteiras e promoveu a pacificação dos índios Guaicurus. Dois engenheiros e astrônomos, Francisco José de Lacerda e Almeida e Antonio Pires da Silva Pontes se destacaram nessa época por seus trabalhos em favor da capitania.

### **Os tratados de limites: processos demarcatórios em Mato Grosso**

De acordo com Siqueira (2002, p.50), os limites fronteiriços no Período Colonial eram estabelecidos por marcos geográficos e, principalmente, pela movimentação dos

homens nos territórios. O processo de colonização do Centro-Oeste demarcou, assim, a partir de 1750, as terras que pertenciam ao rei de Portugal ou ao rei da Espanha. Com o rompimento do Tratado de Tordesilhas, o Tratado de Madri estabeleceu outra fronteira para a Coroa lusitana.

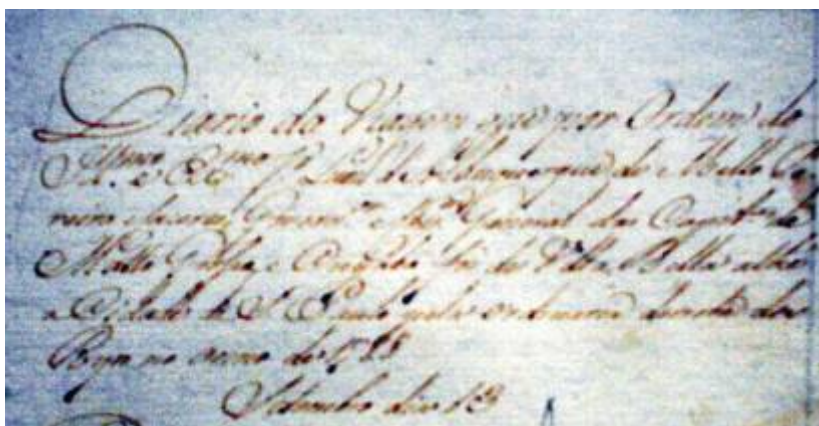
No século XVIII, não se tinha precisão quanto à extensão das terras brasileiras e tampouco de seus rios, o que dificultava os trabalhos da Comissão Demarcadora (op. Cit. 2002). Esse tipo de comissão era responsável por delimitar as áreas das Coroas portuguesa e espanhola, através de registros em viagens pelos rios que duravam meses. O rio Guaporé é o mais mencionado, pois os tratados de limites reforçaram sua importância por ligar as regiões setentrionais com o alto Guaporé. Onze anos depois do Tratado de Madri, em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo, curiosamente não mencionado nos volumes do livro de registro do Tratado de Santo Ildefonso.

### **O trabalho da comissão dos cientistas**

O teor do Tratado refere-se principalmente às normas de demarcação das terras pertencentes às Coroas de Portugal e Espanha, os limites de terras (onde iniciam e terminam), os direitos e deveres dos "subditos", a retirada ou permanência nas povoações, normativas acordadas e estabelecidas em vinte e cinco artigos, num texto de estrutura bem definida e carregado de componentes formulares da época. Para compor a comissão demarcadora do Tratado de Santo Ildefonso, por ordem de D. Maria I, em nome de Portugal, foram nomeados os lusitanos Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, e os brasileiros Francisco José de Lacerda e Almeida e Antônio Pires da Silva Pontes, além de um capelão, Pe. Álvaro de Loureiro da Fonseca Zuzarte, dois desenhistas e três oficiais inferiores. Após o Tratado, completa Siqueira (2002, p.57), a Capitania de Mato Grosso já possuía grande parte de sua fronteira Oeste

guarnecida com fortes, fortalezas e prisões, trabalho implementado durante o Período Colonial. Até mesmo a raia máxima do Sul da Capitania fora agraciada com uma importante guarnição, o Forte de Coimbra, localizado às margens do rio Paraguai, próximo à antiga Vila de Albuquerque, mais tarde intitulada Corumbá.

Outro dado relevante para este trabalho relaciona-se ao envio de homens cultos para a Capitania, logo após sua criação em 1748. Eram portugueses e brasileiros que, educados na Europa e dedicados ao estudo e à investigação científica, davam contornos bem definidos aos trabalhos de colonização implementados inicialmente por bandeirantes paulistas rudes, quase analfabetos. Destacam-se: Alexandre Rodrigues Ferreira (naturalista), Álvaro da Fonseca Zuzarte (capelão da Comissão Demarcadora de limites de 22 de fevereiro de 1782), Antônio Pires da Silva Pontes (astrônomo e matemático) da referida Comissão, Joaquim José Ferreira (sargento-mor de Engenheiros), Francisco José de Lacerda e Almeida (também astrônomo, autor do diário editado aqui), Pe. José Manoel de Siqueira e Ricardo Franco de Almeida Serra (militar) também membro da Comissão (SIQUEIRA, 2002).



**Fig. 1 - Início do Diário de Viagem de Francisco José de Lacerda e Almeida.**

## ANÁLISE CODICOLÓGICA

O processo da análise codicológica é melhor compreendido quando se torna claro o papel de três disciplinas familiares à Edótica: a Diplomática, a Paleografia e a Codicologia, conforme Spina (1994) e, também, Azevedo Filho (1987) descrevem.

Explica Spina (1994) que os documentos, também denominados vulgarmente códices ou manuscritos, classificam-se em documentos particulares e documentos públicos. Estes últimos, registrados oficialmente por pessoa pública, recebe cada um o nome de documento público; neste caso, ou é um diploma – produzido diretamente pelo soberano, por sua imediata autoridade, ou por um alto magistrado ( licença e alvarás régios, patentes, mandatos, éditos, que levam o selo de arma do soberano); ou uma carta – nos demais casos (forais, cartas conselhiais, senhorias, etc.). É o caso da cópia do Tratado de Santo Ildefonso e do Tratado de Madri presentes no Volume I, do Livro de Registro, um documento diplomático produzido pelas Coroas de Portugal e Espanha. Por outro lado, os documentos particulares são destinados a conservar o direito de alguém, neles não interferindo qualquer pessoa pública ( um testamento, uma doação, uma procuração, um requerimento, um contrato de compra e venda etc.). Muitos exemplos podem ser encontrados no Arquivo Público, no setor de documentos avulsos ou em livros próprios.

O material, conforme Fig. 2, que constitui especificamente a capa do volume I (única restante no momento da elaboração desta pesquisa), é todo trabalhado artesanalmente em couro genuíno. Nota-se que a capa inicialmente era de fácil manuseio, mas com o passar dos anos e à mercê das agressões do ambiente encontramos uma forma grosseira.

Outros aspectos importantes a serem destacados são: desenhos em alto relevo e uma inscrição em letra cursiva humanista. Na falta de várias letras do título do volume



I, podemos apenas inferir ou supor que, seguindo o índice, a inscrição deveria constar: Livro (de Registro?) para as Demarcações. Ao centro da capa, na parte superior e inferior, há dois retângulos. No primeiro, a inscrição do título do volume, no segundo, também ao centro um brasão semelhante ao do fabricante do papel, mas dificilmente identificável. Ao redor, um quadro maior margeia a capa e, principalmente entre os espaços formados entre ele e os demais retângulos, encontram-se desenhos contemporâneos àquela época. No interior dos volumes, as letras são corridas, traçadas de um só lance e sem descanso da mão. Apresentam entre si nexos ou ligações. Sendo seu traçado mais livre, a escrita oferece certa dificuldade, agravada pela deterioração do documento, na leitura (ACIOLI,1994, p.13).

Os originais das capas dos volumes não podem mais ser encontrados, visto que a deterioração dos materiais e a alta contaminação mostravam a necessidade de sua destruição, pois afetariam outros documentos de igual valor histórico. Em 2004, apenas a capa do volume I ainda resistia aos maus tratos sofridos pela não preservação. Hoje, restam somente os registros digitalizados presentes neste trabalho. Por enquanto, não há notícia de outros registros existentes. Pode-se perceber um traço de arquivologia (numeração e catalogação do livro), marcado por uma qualidade de papel constituída por celulose, mas a espessura é grossa e resistente ao tempo. O material difere dos fólhos presentes no interior dos livros, o que nos faz supor que é posterior à formação do Livro de Registro, pois sua fabricação data do último quartel do século XIX no Brasil (BECK, 1994; MAIA, 1997).

Em todos os volumes os fólhos são rubricados e numerados, no canto direito da margem superior, apenas no recto (frente), o verso não é numerado nem rubricado. A rubrica pertence ao autor dos termos de abertura e encerramento: Joze de Carvalho de Andrade, datados de 11 de setembro de 1774.



**Fig. 2 e 3 - Capa do Volume I – Livro de Registro do Tratado de Santo Ildefonso e fôlio contendo Termo de abertura do Volume I.**

Os códices dos volumes I, II, III do Livro de Registro de Santo Ildefonso foram originalmente costurados com um tipo de linha empregado (algodão) posteriormente, no final do século XIX para documentação oficial. Contudo, não restavam senão, no início da pesquisa pouquíssimos vestígios deste material nos códices, os quais atualmente, depois da mais recente catalogação do APMT, estão soltos. A tinta, clareada com o tempo, é bem nítida nos fôlios do Tratado, mas quase ilegível em algumas partes dos outros volumes do Livro. Esse fator, somado à grafia por vezes de letras bem finas e próximas, torna o trabalho de leitura exaustivo e demorado. Pelas formas de deterioração dos fôlios, conforme a descrição de Beck (1998, p.16-17), pode-se considerar tratar-se da tinta ferrogálica (figura 3).

A ferrogálica, no dizer de Beck (1998), conhecida desde a Antigüidade, reapareceu e ocupou o lugar da tinta de fuligem, que se tornaria cada vez mais rara a

partir do século XV. Compunha-se basicamente de sulfato de ferro e ácido gálico, sendo este último extraído da noz da galha (nódulos do carvalho); acrescia-se, como aglutinante, a goma arábica diluída em água. No período colonial essa tinta era importada de Portugal, já que o Brasil não tinha permissão de industrializá-la. Ela pode provocar a corrosão irreversível do papel. A forte acidez, desencadeada com a absorção progressiva do oxigênio, da umidade e de poluentes atmosféricos, como os gases sulfurosos, destroem os papéis e em processo ainda mais acelerado, os compostos de fibra de madeira.

A letra, segundo a classificação de Spina (1994) considerada uma variante da humanista, muda de punho em vários trechos dos volumes. Trata-se de uma cursiva mais simples e moderna, assemelhando-se tanto no século XVIII quanto no século XIX. Para Acioli (1994,p.62), a cursiva do século XIX pouco difere da atual. Quando a grafia é bem feita, a leitura é fácil e corrida. São poucos os deslizes cometidos pelos copistas e raramente aparecem palavras riscadas ou entrelinhadas. Nos escrivões, sobretudo nos profissionais, sente-se a influência caligráfica: traçado regular, iniciais graúdas, distribuição perfeita na página, espaços bem ocupados.

## **COMPONENTES FORMULARES DO TEXTO**

Segundo a análise de Spina (1994), foram observados que os documentos selecionados para análise dos volumes I, II e III do Livro de Registro possuem uma partição bem definida e orientada por normas de constituição dos tipos textuais. O Tratado de Santo Ildefonso é um documento organizado em duas partes, conforme Spina(1994): uma interior que constitui o corpo do documento e contém o fato registrado – o texto; outra exterior que serve de moldura do documento, e contém as fórmulas que conferem a ele perfeição legal e personalidade, servindo também para a

sua autenticação, datação e publicidade. A parte exterior é dividida em Protocolo (abertura) e Escatocolo (fechamento). Assim, temos:

No início do texto (abertura):

### **O Protocolo**

A intitulação – título do texto (f.11r);

*[B]*<sup>2</sup> *Segundo Tratado Preliminar, de limites, celebrado em Santo Ildefonso, em o prim.<sup>ro</sup> de Outubro de 1777 de que faz men-  
ção a Carta da Secretaria do Estado, antecedente. [B]*  
*Dona Maria, por graça de Deos, Raynha de Portugal,*

● O endereço – a quem se destina (f.11r);

*[B]* *Faço saber atodos os que aprezenete Carta de Confirma-  
ção, Aprovação, e Rateficação virem, que em oprimeiro doprezenete  
Méz, e Anno, se concluiu, eassinou em Santo Ildefonso hum  
Tratado Preliminar...*

● A invocação divina (f.11v);

*[B]* *Em nome da Santissima Trindade*  
*Havendo a Divina Providencia, excitado nos Augustos Corações  
de Suas Magestades Fedelissima, e Catholica, osincero dezejo de ex-*

No interior do texto (desenvolvimento):

● Preâmbulo (característica oratória) (f.11v);

*de extinguir as discordias, que tem havido, entre as duas Coroas de Por-  
tugal, e Hespanha, e Seus respectivos Vassallos, no espaço de quazi*

---

<sup>2</sup> Para a edição do documento foi utilizado o seguinte símbolo, o qual significa que há um espaço na referida linha do fólio apresentado.

*trez Seculos, Sobre os lemites dosSeus Dominios daAmerica, eda  
Azia: para lograr este importante fim, eEstabelescer perpetua mente  
a harmonia, amizade, eboa inteligencia, que correspondem ao estreito  
Parentesco, eSublimes qualidades de taõ Altos Princepes, ao Amor re-  
ciproco que Seprofessaõ, ao interesse das Naçoẽs, que feliz mente governaõ:*

- Cláusulas cominatórias.

1. de garantia (f.11v);

*Parentesco, eSublimes qualidades de taõ Altos Princepes, ao Amor re-  
ciproco que Seprofessaõ, ao interesse das Naçoẽs, que feliz mente governaõ:  
tem resolutu; convindo; eajustado opresente Tratado Preliminar, que  
servirá de base, efundamento ao Difinitivo deLimites, que se hade es-  
tender aseu tempo, com aindividaçaõ , exacçaõ, enoticias necessarias;*

2. de renúncia (f.12r);

*Todos os prezoneiros que se ouverem feito no Mar, ou naterra, Seraõ  
postos logo em liberdade, sem outra condiçaõ que adeseagnar opa-  
gamento das dividas que tiverem contrahido no Paiz, em que  
se acharem*

3. de corroboração (f. 12r);

*Artelharia, petrexos, e o mais que tambem se ouverem ocupado, Seraõ mutua mente  
restituidos deboa fé, no termo de quatro Mezes Seguintes, á data  
da Rateficação deste Tratado, ou antes se possivel for;(...)*

No fechamento do texto (conclusão):

**O Escatocolo:**

- A data (f.18v);

*Para isso nos Authorizaraó, o prezente Tractado Preliminar de  
Limites, eofizemosSellar, com osSellos de nossas Armas. Fei-  
to em Santo Ildefonço ao primeyro de Outubro demil sette  
centos Settenta esette.=S.S. D.Francisco Innocen-  
cio de Souza Coutinho=S.S. El. Conde de Florida  
Blanca.= [B]*

- A validação (subscrição, assinaturas, selos, sinais) (f.19r);

*Eem testemunho, firmezadoSobredisto, na que faz  
apresenteCarta por Mim assinada e Sellada com oSel-  
lo Grande das Minhas Armas, ereferendada pelo Meu  
secretario d'Estado Abaixo assinado. Dada no Palacio  
de Quélluz, a dia de Otubro demil Sette centos Setten-  
ta e Sette.= ARaynha= Lugar doSello=Ayres de  
Sá eMello.*

*Antº Soares Lima [rubrica]*

## **CONTRIBUIÇÕES FINAIS**

Leite de Vasconcellos (1959) há tempos já defendia a publicação de textos, lamentando a existência de materiais publicados em países alheios a história portuguesa. Melhor que formular regras, dizia, ou citar exemplos, é aconselhar aos estudiosos que recorram aos trabalhos modelares, os compulem, e meditem no que lá virem (1959, p.224).

É justamente observando o desenvolvimento dos estudos filológicos no Brasil e desejando somar forças, a partir de outros "trabalhos modelares" que se tem aqui impellido semelhante pesquisa. O ideal de estabelecer, ao menos parcialmente, uma

fonte historiográfica regional, a par das carências existentes, fortaleceu a descrição do percurso da Capitania durante o período das Demarcações dos Reaes Dominios. Conheceu-se um pouco de personagens importantes no contexto regional, como Joze de Lacerda, autor do diário; também, como se davam os registros das correspondências por ordem do governador da Capitania. São consideradas escassas, ainda, as investidas nos campos paleográficos. Desenvolver uma análise codicológica completa demanda muito trabalho e horas de exaustão, especialmente devido à carência de profissionais da área. Contudo, algo ainda pôde ser realizado na pesquisa e diante das novas perspectivas que a área de Filologia vivencia na atualidade, podemos seguramente dizer: estamos apenas começando.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO FILHO, L. *Iniciação em Crítica Textual*. Rio de Janeiro: Presença/ EdUsp, 1987.

ACIOLI, V.L.C. *A Escrita no Brasil Colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: Ed.UFPe, Fund. Joaquim Nabuco e Ed. Massngana, 1994.

BECK, I. *Manual de conservação de documentos*. Ministério da Justiça: Arquivo Nacional, 1998.

BASSETTO, B.F. *Elementos de Filologia Românica*. São Paulo: Edusp, 2001.

CAMBRAIA, C.N. *Subsídios para uma proposta de normas de edição de textos antigos para estudos lingüístico*. In: Anais do I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP, 1999.

FLEXOR, M.H.O. *Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX*. São Paulo: Secretaria da cultura - divisão de Arquivo do Estado, 1979.

LEITE DE VASCONCELOS, J. *Lições de Filologia Portuguesa*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

MAIA, M.C. *História do galego-português; estado lingüístico da Galiza e do noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI*. Coimbra, I.N.I.C, 1986.

MAIA, M.P. *Conservação e preservação documental*. SEC, Ministério da Cultura: 1997.

Manual de procedimentos para tratamento documental. Arquivo do Estado de São Paulo. Ministério da Cultura: 1998.

MENDONÇA, R. *História de Mato Grosso*. 4.ed. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.

SILVA, P.P.C. *Governantes de Mato Grosso*. Cuiabá: Arquivo Público de Mato Grosso, 1993.

\_\_\_\_\_. *Breve História de Mato Grosso*. In: SILVA, P.P.C; FERREIRA, V. *Breve História de Mato Grosso e de seus municípios*. Cuiabá: [s.n.] 1994.

SIQUEIRA, E.M. *História de Mato Grosso: Da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SPINA, S. *Introdução à edótica*. São Paulo: Cultrix, 1994.

#### **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

BACELLAR, B. de L. e M. *Grammatica Philosophica, e Orthographia Racional da Língua portugueza; Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1783.

HAUY, A. B. *Historia da Língua Portuguesa I. Séculos XII, XIII e XIV*. Série Fundamentos. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MATTOS E SILVA, R.V. *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MELO, G. C. *Introdução à filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1975.

PÓVOAS, L. de C. *História Geral de Mato Grosso*. V.1-2. Cuiabá: [s.n.], 1996.

SILVA, P.P.C; FREITAS, M. *Quadros Históricos de Mato Grosso: período colonial*. Cuiabá: [s.n.] 2000.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1982.